

CAMINHOS E TRILHAS DE UMA HISTÓRIA

Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes

Mestre em História pela Universidade Federal de Uberlândia.
Coordenadora do Arquivo Público de Uberlândia,
Prefeitura Municipal de Uberlândia,
Secretaria Municipal de Cultura.

Resumo: Este artigo tem por objetivo auxiliar professores e alunos do ensino médio e fundamental, no estudo e reflexão sobre a história da cidade, por isso, se apresenta como um registro linear; porém, instiga a percepção de que os marcos oficiais podem estar revestidos de significados sociais e escondem sujeitos históricos e lugares onde as lutas de classes presentes numa determinada sociedade se revestem de um caráter político mais decisivo.

As idéias centrais deste texto fazem parte da Dissertação de Mestrado da mesma autora intitulada *Caminhos e Trilhas: Transformações e Apropriações da Cidade de Uberlândia (1950-1980)*. Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História.

Palavras-chave: História local, memória, luta de classes.

O estudo dos espaços, seus usos, seus significados, e, em especial, o debate a respeito da memória e do patrimônio estão, muitas vezes, permeados por essa visão que toma a cidade como um texto, o qual, os homens imprimem simbologias e significados diversos. Texto a ser decifrado, e a partir do qual se torna possível acompanhar uma ou várias histórias. A vida de uma cidade se dá a ler em suas ruas, suas praças, suas casas, edifícios. Ela está impressa em cada um desses lugares.¹

O Arquivo Público de Uberlândia guarda grande parte da documentação relativa à história da cidade, sendo, desta forma, diariamente procurado por alunos das diversas instituições de ensino para pesquisas sobre a constituição política, econômica e social do município. Foi o contato com professores e alunos do ensino fundamental e médio que nos despertou para a necessidade da elaboração de um texto com informações básicas que orientasse seus estudos e pesquisas sobre a história da cidade, pois, causou-nos inquietação o fato de que, apesar de terem acesso às fontes, faltava-lhes a compreensão do processo de formação do município.

O Arquivo Público, pela diversidade de sua documentação, já se tornou referência nos estudos e pesquisas que têm por temática a história da cidade. O seu acervo é extremamente rico, constituído de jornais, aproximadamente 500 volumes, datados desde o final do século XIX, como O Progresso, A tribuna, O Repórter, Correio, dentre outros; livros oficiais nos quais foram registrados as leis, decretos e regulamentos que nortearam a orga-

nização do município datados de 1892, livros de tributação, atas da Câmara Municipal desde 1947, registros sobre a educação no município, um acervo fotográfico com aproximadamente 8.000 fotografias históricas da cidade, além de acervos particulares como o do memorialista Jerônimo Arantes, composto de fotografias, jornais, livros e revistas. A documentação que registra a organização dos primeiros entrantes, as medidas tomadas para a construção da Capela em 1846, o início das atividades religiosas, comerciais, e sociais, são alguns dos documentos guardados no Arquivo Público de Uberlândia, viabilizando o constante recontar da história desta cidade.

Assim sendo, este é um texto que tem por objetivo auxiliar professores e alunos no estudo sobre a história da cidade, procurando esclarecer dúvidas com respeito à formação do primitivo núcleo urbano, possibilitando o debate acerca da história da cidade, acreditando que estes são caminhos através dos quais a identidade de indivíduos, grupos e classes sociais pode ser recuperada, promovendo uma interação entre as diferentes contribuições recebidas no processo de formação desta cidade.

Historicamente, esta região foi povoada por umas poucas famílias que aqui se detiveram após conseguirem direito à sesmaria ou adquirindo grandes porções de terra que foram sendo ocupadas por fazendas de gado voltadas para uma economia de subsistência, com uma massa de população totalmente desarticulada e trabalhando em uma agricultura de baixíssima produtividade.

João Pereira da Rocha chegou em Uberlândia no início do século XIX, aproximadamente, em 1818, como o sesmeiro em cujas terras originou-se posteriormente a cidade de Uberlândia. João Pereira da Rocha foi o primeiro entrante a fixar residência nesta região, morando em sua fazenda denominada por ele de São Francisco. Por volta de 1835, os irmãos Luiz, Francisco, Antônio e

¹ SILVEIRA, Anny Jakeline T. *Acerca da Leitura das Cidades*. In: *Varia História*. B.H., Set/96, nº16, p. 79.

Felisberto Carrejo adquiriram terras nesta região e formaram suas propriedades, conhecidas respectivamente como Olhos D'Água, Lage, Marimbondo e Tenda; ainda hoje elas permanecem na zona rural do município.

Felisberto Alves Carrejo construiu em sua fazenda uma tenda de ferreiro para abrigar as suas atividades profissionais, o que originou o nome de sua propriedade, a Tenda. Apesar das benfeitorias feitas no local, ele transferiu sua residência para 10 alqueires de terra de cultura que adquiriu de D. Francisca Alves Rabelo, então viúva de João Pereira da Rocha, nas imediações do córrego das “Galinhas” (Avenida Getúlio Vargas), uma porção de terra que atualmente corresponde ao Bairro Tabajaras e que já era habitado por um pequeno número de pessoas. Certamente eram pessoas simples, de vida modesta e cujos nomes não ficaram no registro oficial da história, mas, com certeza, trabalharam e contribuíram para a sucessão dos acontecimentos históricos.

Uberlândia é uma cidade que, como muitas, nasceu no entorno de uma capela. Naqueles anos, a Igreja era a instituição que regulamentava e oficializava a vida social como os casamentos, batismos e óbitos. Assim sendo, como símbolo de uma comunidade que se pretendia organizada e civilizada, os moradores pediram ao Bispado a permissão para a construção da Capela Curada, a ser dedicada a Nossa Senhora do Carmo. Desta forma, construída em adobe e barro nas suas formas mais simples em termos arquitetônicos, ela foi idealizada em 1846.

Após obter a autorização para a construção da capela, foram escolhidos os administradores da obra, procedendo-se então à compra da área destinada ao Patrimônio da Santa. Os procuradores entraram em entendimento com D. Francisca Alves Rabelo e dela adquiriram cem alqueires de terras de cultura e campo, entre os córregos São Pedro e das Galinhas, próximo ao local onde Felisberto já estava residindo, pela quantia de quatrocentos mil réis, a serem pagos em prestações. Todo o Patrimônio doado a Nossa Senhora do Carmo corresponde à parte central da cidade de Uber-

lândia até nas proximidades da atual Praça Sérgio Pacheco.

O Arraial recebeu então o nome de Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião da Barra de São Pedro de Uberabinha. Como o coti-diano das pessoas era pontuado pela vida religiosa, a capela abrigava à sua volta uma faixa de terreno que ficou conhecido como “Campo Santo”; nele foram sepultados os primeiros habitantes da Vila.

As raízes da cidade estão em um bairro conhecido hoje por Fundinho. As pequenas e tortuosas ruas que entrecortavam o município se formaram ladeadas pela seqüência das casas, quintais e antigos muros que emprestaram à geografia urbana o seu sentido. Em São Pedro de Uberabinha até o princípio do século XX é difícil separar campo e cidade. O espaço em que as datas patrimoniais se misturavam aos alqueires de campo e cultura foi delineando ruas tortuosas que seguiam o rego d'água de servidão pública, constituindo o núcleo em torno das igrejas **Matriz e do Rosário**.

Esta geografia nos faz compreender o valor que a sociedade atribuía aos símbolos religiosos, especificamente os católicos, pois, na medida em que todas as ruas começavam, terminavam, ou cruzavam o espaço da religiosidade, podemos compreender a forma como as pessoas eram condicionadas a ela, e também a força que esses ritos exerceram no seu cotidiano.

O espaço urbano foi se projetando entre praças ladeadas por imponentes casarões, antigos quintais e pequenos casebres, em um movimento contínuo de construção, pois este é o suporte no qual ficam impressos os sonhos e as tensões intrínsecas às condições sociais, por isso, esse espaço se constrói e se reproduz de forma desigual e contraditória.

Nas proximidades do lugar escolhido para a construção da capela, havia um caminho denominado de “Estrada Salineira”. Certamente este era o caminho mais conhecido para se passar pelo “Sertão da Farinha Podre” e alcançar os Estados de Goiás e Mato Grosso, atravessando o vau do Rio Uberabinha, permitindo ao viajante alcançar outros municípios como Passa Três (Monte

Alegre), Santa Rita dos Impossíveis do Rio Paranayba (Itumbiara) e/ou Arraial das Abóboras (Rio Verde). Foi às margens deste caminho que se formou o primitivo núcleo urbano. Quando o Arraial passou à sede do Distrito, a estrada recebeu o nome de Rua Sertãozinho, posteriormente, Rua Tupinambás e atualmente denomina-se Rua José Aiube.

Pelos idos de 1861, pouco tempo após sua inauguração, a ca-pelinha foi ampliada e transformou-se na Matriz de Nossa Senhora do Carmo, abrangendo até 1941, as principais atividades religiosas da cidade. Mais tarde, com a inauguração da imponente Matriz de Santa Terezinha na Praça Tubal Vilela e, sem entender a importância que a primitiva igreja tinha para a história da cidade, as elites decidiram fazer a sua demolição. Nesta busca incessante pela modernidade e progresso, ela foi jogada ao chão em 1943 e em seu lugar foi construído um prédio para abrigar a Estação Rodoviária; eram novos tempos...

A construção daquela capelinha, de apenas 60 metros quadrados, permitiu que o primitivo núcleo urbano se efetivasse. Um número crescente de casas comerciais e residências foram delimitando as pequenas e tortuosas ruas no entorno da Capela Curada, passando a constituir um lugar de destaque no cenário urbano. O **Largo do Comércio**, denominado Praça Doutor Duarte, era um “ponto estratégico” para as trocas comerciais com a região. No **Largo das Cavalhadas**, hoje, Praça Coronel Carneiro, também existiam algumas casas comerciais abastecidas com artigos locais ou vindos de outras paragens. Em meio ao comércio, residências e prédios públicos, existiu nas proximidades do atual Asilo São Vicente de Paula a cadeia local, apelidada de Miquelina.

A documentação dissemina o discurso da prosperidade econômica e social, porém, nas entrelinhas dos discursos, é possível

observar as deficiências na infraestrutura urbana de uma cidade na qual, a “carne verde” era vendida pelas ruas em gamelas, existia um número reduzido de lâmpadas nas ruas e estas estavam sendo constituídas e delineadas pela seqüência dos muros, cercas e quintais, pois eram insistentes os pedidos das autoridades para que os proprietários chegassem suas cercas no alinhamento da rua, e ainda um rego d’água de servidão pública que corria a céu aberto entre vielas que constituíram o núcleo urbano.²

O traçado das ruas nos ajuda a entender o esforço que os carros de bois tinham que fazer para vencer os obstáculos do terreno. Pelo “Fundinho”, circulavam as tropas que chegavam das redondezas. As primitivas trilhas foram se constituindo em vias de acesso e transformaram-se em ruas e avenidas da “Cidade Velha”. As ruelas, num total de seis e as três praças possuíam nomes sugestivos como: rua do Pasto (atual Tiradentes), rua do Cota (atual Dom Barreto), rua São Pedro (atual General Osório), rua das Pitangas (atual Augusto César), rua Sertãozinho (atual José Ayube), praça das Cavalhadas (atual Praça Coronel Carneiro), praça do Rosário (atual Praça Doutor Duarte), praça da Matriz (atual Praça Cícero Macedo onde se fez a Capela).

Com o crescimento do município, a faixa de terreno que contornava a primitiva Capela, na qual eram realizados os sepultamentos, começou a ficar pequena. Dessa forma, em 1881, foi inaugurado um novo cemitério que serviu a cidade até 1898. Posteriormente, ele foi transformado em uma praça. Este jardim público, que demarcou geograficamente o fim da “cidade velha” e o início da “cidade nova”, recebeu o nome de Praça da Liberdade; mais tarde foi de-nominado de Praça Antônio Carlos e atualmente chama-se Praça Clarimundo Carneiro.

Quando os braços da moderna Estrada de Ferro Mogiana al-

² *CÂMARA MUNICIPAL*, Uberlândia. Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal, realizada em 12/05/1908, livro 08, p. 47. Arquivo Público de Uberlândia.

³ *CÂMARA MUNICIPAL*, Uberlândia. Acta da 1ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal, realizada em 05/01/1895, Livro 26, p. 9-10. Arquivo Público de Uberlândia.

⁴ *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, nº 9247, ANO XXIV, 30/09/1961, p. 05.

cançaram estas plagas em 1895, o espaço urbano sofreu grandes transformações. Uma “cidade nova” foi desenhada por um engenheiro da Mogiana, o inglês James John Mellor.³ Em oposição às pequeninas e tortuosas ruas do Fundinho, foram traçadas largas e simétricas avenidas, avançando o cerrado e indo de encontro à Estação. Estas avenidas foram abertas a partir de onde terminavam as construções da “cidade velha”, sendo que os terrenos da Praça Clarimundo Carneiro delimitavam este espaço. Uberlândia passava a ter uma geografia que tendia à urbanística moderna.

Entre largas e simétricas avenidas da “cidade nova” ficou reservado o espaço para a construção de um outro jardim, a Praça Tubal Vilela. O primeiro nome que a praça recebeu foi **Praça da República**. Entre os anos de 1912-1922, a cidade teve como administrador o Sr. João Severiano Rodrigues da Cunha que, para embelezá-la, plantou umas oito ou dez mudas de bambu gigante. Embora a praça continuasse a ser oficialmente praça da República, o povo passou a denominá-la **Praça dos Bambus**. Em 1938, devido ao momento político, a praça recebeu o nome do interventor de Minas Gerais e passou a se chamar **Praça Benedito Valadares**, porém, em 1945 voltou a ser conhecida como **Praça da República**. No ano de 1958 recebeu o nome de **Praça Tubal Vilela**.⁴

Com a ampliação do espaço urbano, outros territórios começam a abrigar as atividades de comércio, moradia, educação, lazer e justiça. Dessa forma, a atual Praça Tubal Vilela que, até 1915, era somente um campo de futebol rodeado de ruas empoeiradas, casinhas simples de arquitetura modesta e grandes quintais, começou a ser emoldurada de construções imponentes que permaneceram como registro único desta história.

No seu entorno, foi construído o prédio do Grupo Escolar Bueno Brandão, principal escola do município daqueles tempos; em 1922, o edifício do Fórum da cidade e, em 1941, a Matriz de

Santa Terezinha. O espaço da praça começou a abrigar também as principais atividades financeiras e algumas residências de famílias abastadas, em um nítido contraste com o processo de loteamento que se iniciava visando a construção de bairros populares. Tendo em vista a racionalização do espaço urbano, grandes empresas imobiliárias foram instaladas na cidade, propiciando à classe trabalhadora a compra de lotes em lugares afastados do perímetro urbano. No final dos anos 50 a cidade passa a ter um grande número de vias calçadas. Em 1956 acontece o asfaltamento da primeira avenida da cidade, a Afonso Pena.

O primeiro bairro a ser loteado em Uberlândia foi o Bairro Martins. Nos idos de 1927, o Sr. Raimundo Martins adquiriu o *Pasto do Chico Cota* que era parte da fazenda do Salto. Os limites deste lote de terras eram o Córrego Cajubá e a avenida Belo Horizonte (que, naquele tempo, era uma estrada rodoviária) e as ruas Arlindo Teixeira e Rodrigues da Cunha.

Posteriormente, em 1938, o Sr. Tubal Vilela loteou o que veio a ser parte do Bairro Brasil. Argemiro Lopes também seguiu as tendências do mercado e transformou suas terras no Bairro Marta Helena e parte do Bairro Brasil. Florestano Tibery loteou sua propriedade e, no início dos anos 50, formou o que veio a ser o Bairro Tibery.

De forma sucessiva, o espaço geográfico da cidade foi sendo construído a partir de planejamentos executados com décadas de antecedência. Estes projetos tiveram como fundamento o plano de urbanização da cidade de Uberlândia, encomendado na década de 50 a uma equipe de Belo Horizonte coordenada pelo sr. Otávio Róscoe. Este plano orientou as principais transformações urbanísticas impostas à cidade a partir de então.

O crescimento de Uberlândia foi se dando à medida que muitos projetos políticos e econômicos foram direcionando os caminhos a serem percorridos. Em contrapartida, inúmeras contradições

³ MATTOS, Olgária apud MARTINS, Ana L. A Invenção e/ou Eleição dos Símbolos Urbanos: História e Memória da Cidade Paulista. In: BRESCIANNI, Maria Stella

advindas deste processo acelerado permeiam a nossa história. É impossível pensar que não ocorreram transformações, porém necessário se faz perceber as múltiplas histórias que foram, ao longo do tempo, sendo apagadas, esquecidas, demolidas e (re) escritas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso de progresso e modernidade permeou as páginas da história local desde a sua emancipação. Observar o seu espaço urbano é perceber como as elites pensaram esta cidade ou como quiseram que ela fosse conhecida. São retalhos de uma história que foram sendo costurados de forma a representar desenhos ordenados e geométricos. O entrecruzar de documentos, memórias, sentimentos e lugares possibilita a tecitura de uma história que traz do passado vozes relegadas, até então sufocadas nas rupturas do tempo. Por este viés, apostamos na percepção de Mattos quando afirma que as cidades são todas *ciudades arqueológicas construídas em camadas de memórias*.⁵

O espaço urbano revela-se como um permanente suporte para essas memórias na medida em que os grupos sociais vão imprimindo seus desejos, sonhos, ansiedades, história e identidade nos diferentes espaços urbanos.

As construções, delimitações e mudanças que sucessivamente vão sendo operadas no espaço das cidades não procedem de decisões anônimas, ingênuas ou restritas à norma de utilização do solo urbano. São resoluções objetivadas, carregadas de sentido que transcendem as alterações físicas do território, são portadoras

de mensagens de ordem política no que tange à dinâmica social e econômica dos centros urbanos. Neste sentido, inerente ao processo de construção da cidade existe uma constante luta política, social, econômica que, por vezes se dá no campo das representações. Diversos segmentos sociais procuram impregnar o cenário urbano de imagens que, por via de regra, refletem os anseios de classes distintas, impondo no imaginário social o controle e a difusão de símbolos e sinais, como também, os meios de assegurar o poder e sua perenidade na memória coletiva.

Pensando na cidade como um texto a ser decifrado, e que sua história se dá a ler nos diferentes espaços, é possível compreender que algumas histórias foram reescritas, ou se pretendeu que fossem, na medida em que o cenário da cidade foi sendo transformado. Para melhor entendimento desta questão central, um exemplo é a demolição do prédio do antigo Fórum: não foi somente uma mudança na paisagem urbana, mas também, e principalmente, uma transformação nos hábitos e costumes que eram inerentes àquele lugar. *O velho casarão*, termo pelo qual o prédio passou a ser denominado pelas elites locais para justificar a sua demolição, não era somente um prédio “velho”, mas era o símbolo de uma memória local, de um tempo em que a cidade era pequena, sem asfalto ou arranha-céu. Uma nova construção pautada em linhas arrojadas, modernas, com forma aparente em concreto, passou a abrigar, a partir de 1977, as atividades jurídicas; porém, as práticas sociais inerentes ao *casarão* como os cafés, as “reuniões” que “obrigatoriamente” aconteciam entre os colegas de ofício no passeio *sentados naquele cano que havia à sua frente*⁶, aos sábados ou domingos pela manhã, são impossíveis de serem reconstruídas. Agora são fragmentos de memórias soltos nas falas, nos discursos, fotografias e relatos.

(org.). *Imagens da Cidade Séculos XIX e XX*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1993, p. 182.

⁶ Jornal Correio de Uberlândia, Ano 44, nº 13.228, 25/09/1981.

Neste sentido, a história que foi oficializada pelas elites tendeu a sufocar os documentos do imaginário. Recuperar o espaço urbano através da memória de pessoas que lá estiveram é um desafio colocado para todos que estudam e pesquisam sobre a história de Uberlândia. As fotografias, os discursos da imprensa, às vezes até mesmo a sensibilidade olfativa são instrumentos que possibilitam esta viagem ao passado.

Desta forma, o uso da fotografia pode auxiliar na compreensão dos hábitos e costumes do passado, da cultura, na organização

social, estudos que poderão ser sustentados com análises e pesquisas em jornais, leis e regulamentos do passado. O estudo de mapas, discursos, códigos, atas, dentre outros, nos faz perceber a importância atribuída aos espaços da religiosidade, com seus ritos e símbolos, seu culto aos mortos, sua alusão à justiça e à disciplina. A cartografia dos primitivos caminhos e trilhas do Arraial, a construção de casas comerciais ou residenciais e ainda os códigos de postura regulamentando as questões de ordem social, política e econômica do município, são testemunhos mudos de um passado inscrito no território urbano.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, J. *Memória Histórica de Uberlândia – a Alta Mogiana*. Uberlândia: Ubergral, 1970.
- _____. Memória histórica de Uberlândia – *VILA MARTINS* – Uberlândia: 1967. p. 6, Estatutos e Leis, art. 34, Uberabinha, 1903.
- BACZKO, B. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi, Anthropos – Homem*, V. 5, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.
- BENÉVOLO, L. *As origens da urbanística moderna*. Lisboa, Editorial Presença/Martins Fontes, 1981.
- BOSI, A. P. *Conflitos sociais na constituição do espaço urbano – São Pedro de Uberabinha na Década de 1890*. *Revista História & Perspectivas*, nº 18/19, Uberlândia: UFU, 1998.
- BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- BRESCIANNI, M. S. M. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, M. C. de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 237-258.
- CALVO, C. R. *Muitas memórias e histórias de uma cidade: experiências e lembranças de viveres urbanos – Uberlândia 1938/1990*. São Paulo, PUC, 2001. Tese de Doutorado.
- CARLOS, A. F. A. *A Cidade*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- HALBAWACHS, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- LOPES, V. M. Q. C. *Caminhos e Trilhas: Transformações e apropriações da cidade de Uberlândia (1950-1980)*.
- MACHADO, M. C. T. Muito aquém do paraíso: ordem, progresso e disciplina em Uberlândia. *Revista História & Perspectivas*. Uberlândia: EDUFU, nº 4, 1991.
- _____. História Oral – Uma co-produção responsável. *Caderno Espaço Feminino*. Uberlândia: EDUFU, v. 3, nº ½, 1996.
- MARTINS, Ana L. A Invenção e/ou eleição dos símbolos urbanos: história e memória da cidade paulista. In: BRESCIANNI, Maria Stella (org.). *Imagens da Cidade Séculos XIX e XX*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1993, p. 177-190.
- NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Revista do Programa de Estudos Pós-graduandos em História do Departamento de História da Puc*. São Paulo, 1993.
- PEZZUTTI, P. *Município de Uberabinha: história, administração, finanças e economia*. Uberabinha, Oficinas Livraria Kosmos, 1922.
- ROLNIK, R. *O que é Cidade*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- RÓSCOE, O. *Plano de urbanização da cidade de Uberlândia*. Belo Horizonte, 1954.
- ROSSI, A. *A arquitetura da cidade*. Trad. Lisboa: Edições Cosmos, 1977.
- SAMUEL, R. História local e história Oral. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 9, nº 19, 1989/1990.
- SEIXAS, J. A. Comemorar entre memória e esquecimento: reflexões sobre memória e história. *História Questões & Debates*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000, Ano 17, nº 32, p. 75-95.
- SILVEIRA, A. J. T. Acerca da leitura das cidades. *Revista Varia História*, Belo Horizonte. Set/96, nº 16.
- SIMMEL, G. A MetrÓpole e a Vida mental. In: VELHO, Otávio G. (org.). *O fenômeno urbano*. 4. ed. Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SITTE, C. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ática, 1992, p. 207-208.
- SOARES, B. R. & RAMIRES, J. C. L. O arranha-céu e a moder-